

Sant'Anna negocia hoje com Sarney decreto-lei e medidas de emergência

BRASÍLIA — O Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), anunciou que se esforçará junto ao Presidente Sarney, hoje mesmo, em favor de um acordo com o grupo de parlamentares que defende a revisão, pela Constituinte, de dispositivos da atual Constituição. Na avaliação de Sant'Anna, a conclusão de um acordo em torno do uso de decretos-leis e das medidas de emergência afastaria um "elemento perturbador", garantindo ao Governo a formação de um bloco sólido e majoritário.

Não houve avanços na rodada de ontem das negociações entre o Líder da Maioria e o grupo "Pró-Soberania", do PMDB, sobre a revogação imediata de alguns dispositivos herdados do regime autoritário. Sant'Anna deverá procurar o Presidente Sarney hoje, com a notícia de que o grupo não incluiu, no rol de suas propostas para o entendimento, a auto-limitação dos poderes da Constituinte de reformar a Carta atual enquanto ela ainda vigorar.

O grupo reuniu-se terça-feira à noite na casa do Deputado Virgildásio de Senna (BA), com a presença de cerca de 70 parlamentares do PMDB. Antônio Brito (RS) fez um relato da conversa da comissão de representantes do grupo com Sant'Anna, na semana passada, na qual ficara acertada a apresentação de um documento de reivindicações para prosseguimento da negociação.

A proposta da comissão foi aprovada com a exceção do item pelo qual o

grupo se comprometia com o Governo na tese da "auto-limitação da soberania". Com as modificações incluídas no acordo, quaisquer outras alterações ao atual texto constitucional só poderiam ser feitas pelo Congresso, ou seja com quórum de dois terços, e não pela maioria absoluta, como nas votações da Constituinte. Este dispositivo visa a preservar em seis anos o mandato de Sarney. Hermes Zanetti (RS) disse que o motivo da rejeição não foi o mandato do Presidente, mas a constatação de que seria absurdo a Constituinte ter soberania apenas para dizer que já não a tem.

As propostas aprovadas foram: inversão no mecanismo de decurso de prazo para os decretos-leis, que passaria a contar para a derrubada das medidas, e faculdade do Congresso de emendá-los; supressão do processo contra parlamentar pela Lei de Segurança Nacional; condicionar à aprovação da Constituinte a aplicação de medidas de emergência.

Depois de conversar cerca de uma hora com Sant'Anna, os membros da comissão "Pró-Soberania" — Antônio Brito, Virgildásio de Senna e Maurílio Ferreira Lima — disseram que concordavam com a auto-limitação, embora não tivessem sido autorizados a incluí-la no documento. Maurílio disse que não seria politicamente interessante que o grupo tomasse a iniciativa de colocar este dispositivo na mesa de negociações, já que o grande interessado nele é o Governo.